

**Veja**

**23/5/1984**

### **Os avanços que apontam para o passado**

Há exatamente 170 anos os fabricantes de malha da cidade de Nottingham, na Inglaterra, entraram em greve contra a empresa J. and George Ray para conseguir o que os bóias-frias paulistas só conseguiram na semana passada. Os ingleses pressionaram a empresa por ela contratar preferencialmente trabalhadores que possuíam seus próprios teares. Um dos pontos do acordo firmado entre os bóias-frias de Guariba e os usineiros é o de que o empregador fornecerá gratuitamente facões, enxadas e limas, que anteriormente eram comprados pelos próprios trabalhadores, ao preço médio de 5 000 cruzeiros.

Os paralelos entre os bóias-frias paulistas em 1984 e os trabalhadores europeus dos séculos XVIII e XIX demonstram que as relações de trabalho na economia rural do maior Estado brasileiro continuam, apesar de toda a modernização do campo, mergulhadas no atraso.

O acordo firmado na semana passada dá aos bóias-frias de São Paulo direitos que já não são mais discutidos há muito tempo em outras áreas — requisitos mínimos de segurança no trabalho, por exemplo. Além de ganharem transporte gratuito até o canavial ou o local de colheita de laranja, eles conseguiram, com o acordo, melhorar a segurança desse transporte. Os caminhões, protagonistas de acidentes memoráveis como o acontecido em Ituiutaba, Minas Gerais, em abril deste ano, quando morreram cinquenta bóias-frias de uma só vez, terão que ser fechados. Precisarão ter bancos fixos para os trabalhadores não viajarem de pé. E as ferramentas, ali, não poderão ser transportadas junto como os trabalhadores. Pelo acordo, os empregadores também se obrigam a fornecer dois equipamentos elementares para o trabalho com a cana: luvas e tornozeleiras de couro — até agora, os bóias-frias tinham de se defender com panos dos severos cortes provocados pela manipulação dos facões com que cortam a cana. Outra conquista foi o pagamento dos dias em que, por causa das chuvas ou outro imprevisto, o corte de cana não puder ser feito.

Na verdade, os bóias-frias paulistas não estavam atrasados apenas em relação aos trabalhadores do século passado. Os 240 000 cortadores de cana da Zona da Mata, em Pernambuco, já haviam conseguido, em 1979, algumas garantias trabalhistas que só agora chegaram ao interior paulista: o 13º salário e a carteira de trabalho assinada, por exemplo.

Os bóias-frias ganharam também o direito de fiscalizar o pagamento que recebem. A produtividade será medida diariamente e, ao final de cada jornada, um comprovante discriminará o total cortado. Foi alterada também a tabela de pagamento: a cana de 18 meses, mais difícil de cortar, passará a valer 2 100 cruzeiros a tonelada colhida. A cana acima de 2 anos passará a ser paga a 2 005 cruzeiros a tonelada. As usinas pagavam 1 400 cruzeiros por tonelada de qualquer tipo de cana. Tudo somado, o salário médio de um cortador de cana, após os acordos da semana passada, passará a ser de cerca de 200 000 cruzeiros por mês. Até então, estava em 60 000 cruzeiros — um dos trabalhos mais mal pagos do país.

**(Páginas 20 a 26)**